



ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER: A AÇÃO POLÍTICA DO CRISTÃO BRASILEIRO E A EXPERIÊNCIA DE DEUS

(Analysis of the book of Esther:
the political action of the Brazilian Christian and the experience of God)

André Anéas

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo
Professor na Faculdade Teológica Batista de São Paulo
Pastor na Igreja Batista Mundo Novo
E-mail: andre.aneas@gmail.com

RESUMO

Chama-nos a atenção a relação político-religiosa desenvolvida por cristãos no ambiente laico da política brasileira. O portal de notícias Último Segundo destacou que o nome de Deus foi citado 59 vezes, quase a mesma quantidade de vezes que o termo “corrupção”, na votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Será que as experiências de fé destes políticos os impulsionam para estes tipos de declarações – ou seu Deus assim os exige? Ou então, será que os ensinamentos doutrinários destes cristãos os levam a tais pronunciamentos político-religiosos (mais religiosos neste caso)? É objetivo da presente pesquisa propor um caminho para o cristão brasileiro desenvolver sua vida política em harmonia com sua experiência de Deus e em harmonia com a realidade laica do Estado Democrático de Direito. O livro de Ester, presente no cânon católico e protestante, cujo assunto predominante é a relação política entre as personagens da história, nos fornece princípios que nos ajudam neste tipo de relação. Além disto, Joseph Ratzinger nos ajuda a aprofundar a relação entre política e religião e João Calvino colabora para a amplitude do significado da experiência de Deus relatada no livro de Ester (oração e jejum). Estes princípios de Ester somados às opiniões dos teólogos com que dialogamos colaboram para que este cristão contemporâneo possa reger sua vida política de forma coerente com sua experiência de Deus e de forma coerente com o ambiente político brasileiro.

Palavras-chave: Religião; Política; Ester; Experiência de Deus.

ABSTRACT

We draw attention to the political-religious relationship developed by Christians in the secular environment of Brazilian politics. The latest news portal pointed out that God's name was quoted 59 times, almost the same amount of times as the term "corruption", in the Dilma Rousseff's impeachment vote in the House of Representatives. Do these politician's faith experiences impel them to these kinds of statements - or does their God require them? Or is it that the doctrinal teachings of these Christians lead them to such political-religious pronouncements (more religious in this case)? It is the objective of this research to propose a way for the Brazilian Christian to develop his political life in harmony with his experience of God and in harmony with the secular reality of the Democratic State of Right. The book of Esther, present in the Catholic and Protestant canon, whose predominant subject is the political relationship between the characters of history, provides us with principles that help us in this kind of relationship. In addition, Joseph Ratzinger helps us to deepen the relationship between politics and religion and John Calvin collaborates to the extent of the meaning of the experience of God reported in the book of Esther (prayer and fasting). These principles of Esther added the opinions of the theologians with whom we dialogue collaborate so that this contemporary Christian can govern his political life in a way that is coherent with his experience of God and in a coherent way with the Brazilian political environment.

Keywords: Religion; Policy; Esther; Experience of God.



INTRODUÇÃO

Com o crescente número de evangélicos no país, que passou de 15,4% da população brasileira para 22,2%, de acordo com o senso do IBGE de 2012¹ a presença deste grupo tem influenciado setores importantes da nação brasileira. O cenário político é um destes setores e muito nos chama a atenção a relação política-religiosa desenvolvida por estes cristãos neste ambiente laico. Os noticiários brasileiros, recentemente, evidenciaram um fato que muito interessa aos estudiosos do fenômeno religioso. A votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 foi palco de inúmeras referências a Deus. No momento específico em que cada deputado tinha um tempo para justificar seu voto pouco se falou do motivo real da votação, conforme constatou o noticiário Brasil-Elpais², cujo título do texto era “Deus derruba a presidenta do Brasil”. O portal de notícias Último Segundo³ destacou que o nome de Deus foi citado 59 vezes, quase a mesma quantidade de vezes que o termo “corrupção”. Este portal também destaca que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, abriu a sessão com a frase “Que Deus esteja protegendo esta Nação” e, em seu voto, conclamou a misericórdia de Deus, dizendo: “Que Deus tenha misericórdia desta Nação”.

Estes fatos produzem questionamentos acerca da experiência de Deus destes que fazem questão de proclamar a divindade em um setor laico da sociedade. Será que suas experiências de fé os impulsionam para estes tipos de declarações – ou seu Deus assim exige? Ou então, será que os ensinamentos doutrinários destes cristãos os levam a tais pronunciamentos político-religiosos (mais religiosos neste caso)? Esta pesquisa não tem como objetivo compreender o político brasileiro contemporâneo que exerce sua fé no ambiente laico e nem mesmo exercer um juízo de valor acerca dele. É objetivo da presente pesquisa propor *princípios* para o cristão brasileiro desenvolver sua vida política em harmonia com sua *experiência de Deus* e com a realidade *laica* do Estado Democrático de Direito. O caminho que foi escolhido para obtenção de insumos é uma análise do livro de Ester, presente no cânon católico e protestante, cujo assunto predominante é a relação política entre as personagens da história. Além disto, é de interesse deste pesquisador aprofundar a relação entre política e religião a partir de Joseph Ratzinger e entender o significado da *experiência de Deus* relatada no livro de Ester (oração e jejum) a partir da visão de Calvino. Acreditamos ser muito relevante a relação *experiência religiosa* e *atitudes práticas (práxis)* do cristão. Devido a este pressuposto, esta análise entre o *cristão e a política* e sua *experiência de fé*, com o fim de colaborar com a espiritualidade do cristão brasileiro e com a relevância de sua *práxis* política, se justifica.

¹ METODISTA Portal. **IBGE divulga dados sobre religiosidade da população brasileira**, 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/fateo/noticias/ibge-divulga-dados-sobre-religiosidade-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

² PAÍS, El. **Deus derruba a presidenta do Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html>. Acesso em: 23 ago. 2016.

³ BRASIL, Agência. **Religiosos criticam citações a Deus em votação do impeachment na Câmara**, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-04-19/religiosos-criticam-citacoes-a-deus-em-votacao-do-impeachment-na-camara.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.



1. ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER

A intenção de se fazer uma análise do livro de Ester não tem a prerrogativa de uma exegese exaustiva. Ao contrário, muito embora realizaremos uma pequena análise exegética com a finalidade de compreensão da *sitz im leben*, nosso olhar estará na narrativa literária que nos é apresentada, especialmente a trama política e o envolvimento das personagens. Desta forma, esclarecimentos acerca de polêmicas relacionadas a autoria, datas e discussões acerca da canonicidade do livro e do texto original não pretendem ser esgotadas nesta pesquisa. Para este artigo o texto de referência do livro de Ester utilizado será a Nova Versão Internacional da Bíblia, uma vez que sua linguagem colabora com a narrativa literária, a qual é nossa grande prioridade.

1.1. BREVE RESUMO

O poderosíssimo rei Xerxes governa o Império Persa. Mesmo sendo muito poderoso, é submetido a uma situação constrangedora com sua rainha, a qual se recusa a atender um pedido de comparecimento à presença do rei. Diante deste fato, Xerxes, também conhecido como Assuero, emite um decreto dizendo que sua rainha, Vasti, nunca mais compareça diante de sua presença e que sua posição de rainha fique em aberto para outra mulher. Uma vez que a posição de rainha estava vaga, o rei passou a procurar belas virgens em suas províncias e a moça que mais lhe agradasse seria rainha em lugar de Vasti.

Na cidadela de Susã vivia Mardoqueu, da tribo de Benjamim. Ele possuía uma prima chamada Hadassa, conhecida também como Ester, que fora criada por ele. Ester foi uma das belas virgens selecionadas e agradou Hegai, responsável pelo Harém real, o qual a favoreceu, dando-lhe tratamento de beleza e comida especial, além de deslocá-la ao melhor local do harém. Ester, por orientação de Mardoqueu, não revelara o povo a quem pertencia nem a origem de sua família. Certo dia, chegou sua vez de se apresentar ao rei. O rei se agradou muito de Ester e lhe favoreceu mais do que qualquer outra, vindo a se tornar rainha no lugar de Vasti.

Certo dia, quando Mardoqueu estava sentado junto da porta do palácio real, ele descobriu um plano de conspiração por parte de dois oficiais do rei, que planejavam assassinar Xerxes. Mardoqueu não tardou em passar a informação para rainha Ester que contou para o rei em nome de Mardoqueu. Uma vez que se descobriu que tudo era verdade, os dois oficiais foram enforcados e tudo acabou registrado nos registros históricos, na presença do rei.

Após estes acontecimentos, Hamã, outra personagem desta trama, foi honrado por Xerxes, que lhe deu a posição mais elevada entre os nobres. Todos os oficiais do palácio real se curvaram diante de Hamã, conforme ordens do rei. Mardoqueu, ao contrário, não se curvou nem se prostrou diante dele, o que deixou Hamã extremamente irado. Hamã ficou tão irritado que matar Mardoqueu não era suficiente. Uma vez que ele passara a conhecer o povo de Mardoqueu, articulou uma ação política junto do rei para que todo judeu fosse exterminado de dentro do Império.

Quando Mardoqueu soube de tudo rasgou as vestes, vestiu-se de pano de saco, cobriu-se de cinza, e saiu pela cidade, chorando amargamente em voz alta. Mardoqueu insistiu para que Ester intercedesse pelo povo ao rei, implorando por misericórdia, dizendo que se ela se



calasse nesta hora, socorro e livramento surgiriam de outro lugar em favor dos judeus. Assim, Ester respondeu a Mardoqueu convocando um grande jejum entre os judeus, do qual ela mesma participaria, e se dispôs a ir falar com o rei, mesmo sendo contra a lei ir até ele sem ser chamada, deixando claro que se necessário fosse morrer, morreria.

Ester articula uma ação política com a finalidade de persuadir o rei em favor do seu povo. Ester, de forma articulada e sábia, solicita banquetes e exige a presença de Hamã. O rei não hesita em atendê-la. Um fato importantíssimo acontece: o rei, na noite do primeiro banquete, no qual Ester ainda não revelara seu pedido, não consegue dormir e ordena que trouxessem os livros das crônicas do seu reinado. “Coincidentemente” foi lido o relato que Mardoqueu havia denunciado uma trama de conspiração contra Xerxes. Logo, o rei se perguntou: “Que honra e reconhecimento Mardoqueu recebeu por isto?”. Justamente neste momento, Hamã está no pátio preparando uma forca para Mardoqueu, devido a sua irritação acumulada pelo fato do judeu não se prostrar diante dele. O rei o chama e lhe pergunta: “O que se deve fazer ao homem que o rei tem o prazer de honrar?”. Hamã, achando que ele seria o homem a ser honrado, descreve uma grande forma de honraria. Ironicamente, Hamã é obrigado a promover a honraria do rei a Mardoqueu! No dia seguinte, Hamã é novamente convocado ao banquete da rainha Ester. Neste banquete, Ester faz seu pedido ao rei: poupar sua vida e do seu povo. Assuero lhe pergunta quem teria se atrevido a uma coisa dessas e Ester, sem hesitação, denuncia Hamã. A forca que Hamã preparara para Mardoqueu é utilizada para o próprio Hamã.

1.2. ASPECTOS GERAIS

O elenco que nos é apresentado no livro é variado: o poderoso rei Xerxes/Assuero, que é contrariado por sua então rainha Vasti; o fiel servo do rei, o judeu Mardoqueu; a bela prima de Mardoqueu, criada por ele e que se torna rainha, Ester; e, o grande vilão, Hamã, que articula o extermínio do povo judeu. O contexto que a história se passa é o Império Persa. Conforme relatado no primeiro versículo do capítulo inicial, se trata do reinado do rei Assuero (486-465 a.C.), mais conhecido por seu nome grego, Xerxes⁴. Um dos pontos mais interessantes deste livro canônico é a ausência da menção ao nome de Deus. Franklin Ferreira justifica esta ausência dizendo que “o silêncio quanto ao uso do nome de Deus na narrativa é que a linguagem do culto e da fé não precisa nem deve ser usada nas esferas públicas”⁵. Mesmo assim, Ferreira pontua a necessidade de cautela em relação ao argumento, uma vez que na Antiguidade era difícil fazer total separação entre religião e Estado.

Existem diversos propósitos e temáticas que podem ser destacados na leitura do texto bíblico. É comum entre comentadores o destaque para a “providência divina”, muito embora, como já dito, o nome de Deus sequer é mencionado. A temática da providência diz respeito as “coincidências” que ocorrem durante a narrativa, as quais na visão de Israel dizem respeito ao Senhor agindo. A insônia de um rei pode causar o mesmo livramento que a divisão de águas causou no Êxodo⁶. Um segundo propósito do livro é a descrição da origem da festa de *Purim*. *Purim* é uma palavra de origem assíria – *Puru* – “que indica um pedregulho apropriado para

⁴ BALDWIN, 1987, p. 14.

⁵ FERREIRA, 2016, pos. 416.

⁶ HILL; WALTON, 2007, p. 309



ser lançado como se fosse um dado”⁷. Esse *puru* representa o destino, que está nas mãos de Deus e não de outrem, nem mesmo Hamã, que buscou na sorte o dia em que a destruição dos judeus aconteceria, destruição esta frustrada (3:7). Destacamos um tema menos óbvio: *lealdades conflitantes*⁸. Embora não explicada, é declarada a recusa de Mardoqueu em se prostrar diante de Hamã, mesmo sob ordem do rei. Existe aqui uma questão de consciência por parte de Mardoqueu. Este conflito de Mardoqueu entre a obediência ao “chefe de Estado” e seus princípios e valores pessoais, relacionados, muito provavelmente, a sua religião, muito nos interessam neste estudo. E isto nos leva ao último destaque temático que este autor realiza, já anunciado na introdução: a relação política entre as personagens da história. Por este viés político da história daremos sequência na análise do texto bíblico com a finalidade de atender aos objetivos desta proposta: obter princípios para que este cristão contemporâneo possa reger sua vida política de forma coerente com sua *experiência de Deus* e de forma coerente com o ambiente político brasileiro.

2. PRINCÍPIOS PARA ATUAÇÃO POLÍTICA DO CRISTÃO

Hoje no Brasil temos um ambiente em que se tem respaldo jurídico para a diversidade religiosa e não estamos sujeitos a um Imperador e suas definições. Vivemos em um Estado Democrático de Direito e laico. O texto “Estado laico não é Estado laicista”, publicado no site “Zenit: O Mundo Visto de Roma”⁹, cita o discurso de João Paulo II acerca da laicidade, sistema “que assegura o livre exercício das atividades culturais, espirituais, culturais e caritativas das comunidades dos crentes.” Entretanto, conseguimos encontrar alguns fatores que nos fornecem caminhos de comparação do texto bíblico – aproximações – que possibilitam a aplicação dos princípios ali contidos, relacionados ao comportamento do religioso dentro de um “Estado” no qual sua religião não é a oficial, com nossa realidade política brasileira. Inclusive, o primeiro ponto de aproximação diz respeito ao fato das personagens de origem judaica do texto analisado estarem em um ambiente em que sua religião não era a oficial do “Estado”. De forma semelhante no Brasil, os cristãos, embora maioria, vivem em um país de pluralidade religiosa, em que sua religião não é a religião do Estado. Em segundo lugar, as personagens judias de Ester tinham que conviver com a diversidade de crenças, bem como os brasileiros cristãos também devem conviver com a diversidade religiosa, mesmo dentro do cristianismo (católicos e protestantes). E, em terceiro lugar, temos em Ester um Imperador que governa para diversos povos conquistados com suas diversas crenças e, no Brasil, um Estado que deve governar para toda uma nação, com toda sua pluralidade religiosa, e não para um determinado grupo religioso. Ferreira¹⁰, dentro desta temática, analisa que os persas, diferentemente dos assírios e babilônios, permitiam a preservação das etnias conquistadas e, em relação as crenças religiosas, eram tratadas dentro de uma perspectiva sincrética. A partir destas aproximações, conseguimos buscar dentro da cosmovisão bíblica princípios que respaldem o cristão contemporâneo no que diz respeito a relação de sua *experiência de Deus* e seu *papel político* na sociedade.

⁷ CHAMPLIN, 2001, p. 1826.

⁸ BALDWIN, 1987, p. 24.

⁹ LIMA, Vanderlei de. **Estado laico não é estado laicista**, 21 out. 2013. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/estado-laico-nao-e-estado-laicista/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

¹⁰ FERREIRA, 2016, pos. 406.



2.1. A INFLUÊNCIA DE PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Um elemento muito presente na religião judaico-cristã é a realidade de um Deus justo. A justiça é extremamente enfatizada no cânon judaico e cristão. Inclusive, no Novo Testamento, Jesus exige de seus seguidores coerência e justiça tal que mesmo suas intenções estão sendo avaliadas pelo Deus judaico-cristão (ex. Mateus 5:28). Se trata de um princípio. Uma vez em posse deste princípio, Mardoqueu não tardou em denunciar a conspiração contra Xerxes, conforme observamos nos versículos abaixo:

Mardoqueu, porém, descobriu o plano e contou-o à rainha Ester, que, por sua vez, passou a informação ao rei, em nome de Mardoqueu. Depois de investigada a informação e descobrindo-se que era verdadeira, os dois funcionários foram enforcados. Tudo isso foi escrito nos registros históricos, na presença do rei. (Ester 2:22-23 NVI)

Ele não foi paralisado em sua atitude por conta de estar debaixo de um Imperador com uma fé diferente da sua, ou ficou indiferente pelo fato da conspiração não envolver nenhum judeu, seu povo, ou até mesmo se rejeitar a denunciar a injustiça por não querer se envolver politicamente em uma nação cujo regime político não era a teocracia judaica. Ele possuía o princípio e conseguiu, sem dificuldades, aplicá-lo dentro de seu atual contexto político-religioso, o Império Persa. Vale destacar que Mardoqueu e Ester sequer pronunciaram o nome de seu Deus nesta situação e nem mesmo sua origem judaica, a qual, com certeza, os associariam a sua religião. Mais importou para Mardoqueu ver o princípio da justiça aplicado do que endossá-lo através de justificativas teologizadas em sua fé.

Outro destaque está relacionado a preservação da vida dos judeus e a forma com a qual a rainha Ester se colocou diante do rei^{11 12}. Percebam os destaques dos versículos abaixo realizados por este pesquisador:

Então a rainha Ester respondeu: "*Se posso contar com o favor do rei, e se isto lhe agrada, poupe a minha vida e a vida do meu povo; este é o meu pedido e o meu desejo. Pois eu e meu povo fomos vendidos para destruição, morte e aniquilação. Se apenas tivéssemos sido vendidos como escravos e escravas, eu teria ficado em silêncio, porque nenhuma aflição como essa justificaria perturbar o rei*". (Ester 7:3-4 NVI, grifo do autor)

"Se for do agrado do rei, se posso contar com o seu favor, *e se ele considerar justo*, que se escreva uma ordem revogando as cartas que Hamã, filho do agagita Hamedata, escreveu para que os judeus fossem exterminados em todas as províncias do império. Pois, como suportarei ver a desgraça que cairá sobre o meu povo? Como suportarei a destruição da minha própria família?" (Ester 8:5-6 NVI, grifo do autor)

O que percebemos nestes trechos é que, mesmo diante de um princípio relacionado a preservação da vida, neste caso a de seu povo, Ester compreende os "trâmites legais" que existem dentro do Império. Ela não é desrespeitosa em virtude de sua convicção, muito pelo contrário, extremamente respeitosa (outro princípio e valor notado nas personagens). Ela segue o protocolo instituído, respeita as "instituições", e não necessita anunciar sua fé para o

¹¹ BALDWIN, 1987, p. 83 e 86.

¹² CHAMPLIN, 2001, p. 1846



rei ou justificar seu pedido, o fundamentando em algum argumento religioso. Ela tem uma atitude que muito nos chama a atenção. Seu pedido é inteiramente condicionado ao rei com o uso de “ses” no início de suas frases. Inclusive, em uma das frases condicionais, Ester apela para a justiça do próprio Xerxes: “... e se ele considerar justo”. Ora, certo é que o próprio rei tinha seu conceito de justiça e, sabiamente, Ester consegue criar a ponte do seu princípio de justiça com o do rei sem necessidade de um diálogo religioso, mas usando valores em comum.

A diferença de valores do rei e dos judeus da história se mostra presente também no momento em que o rei decreta o direito dos judeus se protegerem. Percebam o trecho abaixo destacado:

O decreto do rei concedia aos judeus de cada cidade o direito de reunir-se e de proteger-se, de destruir, matar e aniquilar qualquer força armada de qualquer povo ou província que os ameaçasse, a eles, suas mulheres e seus filhos, *e de saquear os bens dos seus inimigos*. (Ester 8:11 NVI, grifo do autor)

Xerxes lhes dá o direito legal para, caso seus inimigos os ameacem e sejam eles destruídos, saquearem seus bens. Estas batalhas aconteceram, porém, conforme versículos 10, 15 e 16 do capítulo nono, o povo judeu não se apossou dos bens de seus inimigos, mesmo o decreto assim os legitimando. Destacamos a frase utilizada no texto: “mas não se apossaram de seus bens”. Fica muito evidente que o princípio existente na conduta de Mardoqueu e seu povo não os legitimava a realizarem o saque¹³¹⁴. Aqui conseguimos perceber que, muito embora uma determinada lei ou decreto legitime algum tipo de atitude, o judeu da história de Ester ainda devia se submeter ao seu próprio princípio ético-religioso. Não é por que todos fazem determinada ação que os judeus deveriam fazer. Novamente é nítida a não necessidade de anunciar a fé na esfera pública. A própria atitude de coerência com os princípios judeus já poderia ser suficiente para proclamar uma nova perspectiva ética para o rei e os observadores da história.

Percebemos neste tópico um princípio que muito tem a colaborar com as ações políticas na esfera pública executadas por cristãos no Brasil. Existe sim a possibilidade de aplicação de princípios religiosos nas políticas públicas. A grande questão é o *como* realizar este tipo de influência de forma coerente, inteligente e respeitosa – sabendo dialogar com as demais correntes religiosas – ou não religiosas – existentes no país. As perguntas levantadas na introdução deste trabalho acerca da linguagem dos deputados cristãos ao anunciarem seus votos, se referindo a Deus – Será que suas experiências de fé os impulsionam para estes tipos de declarações ou seu Deus assim exige? Ou então, será que os ensinamentos doutrinários destes cristãos os levam a tais pronunciamentos político-religiosos (mais religiosos neste caso)? – são respondidas com um “não” se o Deus cristão é o mesmo Deus do livro canônico de Ester.

Joseph Ratzinger é categórico ao afirmar que “a teologização da política viraria ideologização da fé”¹⁵. Ou seja, existe uma diferença clara de papéis entre a política, a qual se deduz da razão, e a fé. Esta distinção de política e fé é, no seu ponto de vista, tradição central do cristianismo. Entretanto, ele considera a possibilidade de uma relação entre fé e política: “a fé

¹³ BALDWIN, 1987, p. 95.

¹⁴ CHAMPLIN, 2001, p. 1848.

¹⁵ RATZINGER, Joseph. “A teologização da política viraria ideologização da fé”. Roma, 9 abr. 2003. Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_968_16.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.



pode iluminar a razão, pode sanar, curar uma razão doente. Não no sentido de que essa influência da fé transfira da razão para a fé o campo da política, mas no sentido de que restitui a razão a si mesma, ajuda a razão a ser ela mesma, sem aliená-la.” Ratzinger concorda, portanto, com a possibilidade real da fé colaborar com a política, mas com limites claros nas duas vias destas duas esferas sociais.

2.2. CRITÉRIOS NECESSÁRIOS PARA PROCLAMAÇÃO PÚBLICA DA FÉ

O leitor cristão pode estar se perguntando se há então algum momento em que a fé deve ser anunciada na esfera pública, dentro deste contexto político. O próprio texto analisado nos fornece mais um princípio que colabora com o entendimento do cristão brasileiro acerca de sua relação com a política.

O primeiro exemplo que o texto nos fornece é a atitude de Mardoqueu em relação a ordem para se prostrar diante de Hamã:

Todos os oficiais do palácio real curvavam-se e prostravam-se diante de Hamã, conforme as ordens do rei. Mardoqueu, porém, não se curvava nem se prostrava diante dele. (Ester 3:2 NVI)

Diferentemente da possibilidade de conviver com religiões diferentes da sua, não era uma possibilidade para Mardoqueu se curvar diante de outrem que não Deus¹⁶. Quando esta obrigatoriedade é legitimada pelo “Estado” – aqui o rei – Mardoqueu não hesita em se recusar a tal atitude. Portanto, temos um exemplo de quando a proclamação de fé pública se torna uma necessidade: quando o “Estado” passa do limite e começa a interferir em questões inerentes a fé individual. Fé esta que em nenhum momento é objeto de uma solicitação para obrigatoriedade àqueles que assim não a desejam professar.

Outro momento em que Mardoqueu – e todo povo judeu – se manifesta publicamente é quando ele descobre o decreto que legitimava o extermínio do povo judeu das províncias do Império Persa. Vale ressaltar que os papéis políticos de Mardoqueu e Ester são diferentes. Ester era rainha e Mardoqueu apenas um “cidadão comum”. Devido a isto, Ester agiu de forma a influenciar na vida pública de acordo com sua posição de rainha e aderente com sua experiência de Deus particular (o impacto do particular no público será abordado no último tópico). Mardoqueu, uma vez que não estava imerso na vida política, se manifestou – protestou? – publicamente de forma característica com sua cultura¹⁷. Vejamos o versículo abaixo:

Quando Mardoqueu soube de tudo o que tinha acontecido, rasgou as vestes, vestiu-se de pano de saco e cinza, e saiu pela cidade, chorando amargamente em alta voz. (Ester 4:1 NVI)

Novamente, estamos diante de uma situação em que o “Estado” ultrapassa os limites e, neste segundo exemplo, está em vias de execução um plano de extermínio de um povo. Trata-se de algo extremamente urgente, crítico e fora de todas as expectativas. Dentro de sua esfera de atuação, Mardoqueu se vê em uma posição em que uma atitude pública é viável e necessária,

¹⁶ FERREIRA, 2016, pos. 437.

¹⁷ BALDWIN, 1987, p. 69.



e assim procede. Ele chega a utilizar sua proximidade com Ester para encontrar alguma alternativa de solução deste problema tão drástico.

Estamos diante de mais um princípio: o critério de proclamação pública da fé é quando o “Estado” ultrapassa os limites, interferindo na vida religiosa individual e tendo atitudes eticamente deploráveis, com impacto até mesmo para quem não é crente. Aqui cabe novamente a citação a Ratzinger: “a fé pode iluminar a razão, pode sanar, curar uma razão doente.”¹⁸. A proclamação pública da fé pode ser a cura de uma razão intrometida em aspectos religiosos individuais e de atitudes eticamente questionáveis, inclusive por não religiosos. A votação do impeachment na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, de fato, não atendia a este critério e, por isto, não justificaria a manifestação da fé publicamente.

2.3. A DIFERENÇA DE MOTIVAÇÃO ENTRE MARDOQUEU E HAMÃ

A diferença de motivação entre Mardoqueu e Hamã merece ser aprofundada. Mardoqueu era movido por seus princípios e convicções, os quais iam além dos seus próprios benefícios ou interesses – muito pelo contrário, quase lhe custou o extermínio do seu povo. Quando ele denuncia a conspiração, defende a justiça. Quando ele chora em alta voz, assim o faz por temer pela vida do seu povo. Suas atitudes são sempre em prol dos outros e não exclusivamente de si.

Muito pelo contrário, vemos em Hamã alguém egoísta, orgulhoso, exibicionista e cruel¹⁹²⁰. Perceba sua revolta ao não ter Mardoqueu prostrado diante de si, conforme destaque:

Quando Hamã viu que Mardoqueu não se curvava nem se prostrava, ficou muito irado. Contudo, sabendo quem era o povo de Mardoqueu, *achou que não bastava matá-lo. Em vez disso, Hamã procurou uma forma de exterminar todos os judeus, o povo de Mardoqueu, em todo o império de Xerxes.* (Ester 3:5-6 NVI, grifo do autor)

A maldade de Hamã não lhe permitia somente saciar sua ira com a morte de Mardoqueu, ele queria algo grandiosamente terrível, tamanho seu egocentrismo. Percebemos que Hamã não contem seu orgulho nem mesmo em um momento em que ele está “alegre e contente”, conforme versículos abaixo, com destaques:

Naquele dia Hamã saiu *alegre e contente*. Mas, ficou *furioso* quando viu que Mardoqueu, que estava junto à porta do palácio real, não se levantou nem mostrou respeito em sua presença. Hamã, porém, controlou-se e foi para casa. *Reunindo seus amigos e Zeres, sua mulher, Hamã vangloriou-se de sua grande riqueza, de seus muitos filhos e de como o rei o havia honrado e promovido acima de todos os outros nobres e oficiais.* E acrescentou Hamã: “Além disso, sou o único que a rainha Ester convidou para acompanhar o rei ao banquete que ela lhe ofereceu. Ela me convidou para comparecer amanhã, junto com o rei. *Mas tudo isso não me dará satisfação, enquanto eu vir aquele judeu Mardoqueu sentado junto à porta do palácio real* (Ester 5:9-13

¹⁸ RATZINGER, Joseph. “A teologização da política viraria ideologização da fé”. Roma, 9 abr. 2003. Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_968_16.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

¹⁹ BALDWIN, 1987, p. 65.

²⁰ CHAMPLIN, 2001, p. 1834.



NVI, grifo do autor)

Precisamos pontuar algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, Hamã faz questão de se exibir para seus amigos e sua mulher. Sua vaidade o impulsiona a vangloriar-se publicamente dos últimos acontecimentos – honra por parte do rei e convite da rainha – e do seu sucesso na vida – muito dinheiro e filhos²¹. Até mesmo no momento em que sua posição favorável se torna preocupante, ele faz questão de se fazer ouvir para todos os seus amigos e sua mulher, quem sabe em busca de uma aprovação que acabou não recebendo:

e contou a Zeres, sua mulher, e a todos os seus amigos tudo o que lhe havia acontecido. Tanto os seus conselheiros como Zeres, sua mulher, lhe disseram: "Visto que Mardoqueu, diante de quem começou a sua queda, é de origem judaica, você não terá condições de enfrentá-lo. Sem dúvida, você ficará arruinado!" (Ester 6:13 NVI)

Toda a política que Hamã constrói, todas suas articulações junto ao rei, toda sua linguagem com seu amigo e família e até seus pensamentos (6:6) tem em vista apenas um propósito: suprir suas ambições egoístas. Mardoqueu e Ester conseguem se articular politicamente sem uma busca por atingir objetivos egoístas. Ao contrário, eles têm um interesse em terceiros, dos “seus próximos”. Assim, chegamos em mais um princípio acerca da forma como o cristão deve harmonizar sua vida religiosa com o espaço político público: sua motivação precisa ser o outro e não interesses individuais cujo fim é a alto exaltação, vantagens e sentimentos contrários aos princípios do próprio cristianismo.

2.4. A EXPERIÊNCIA DE DEUS PRIVADA E O IMPACTO PÚBLICO

Neste último tópico sobre os princípios para atuação política do cristão, abordamos a experiência de Deus privada e o impacto público. Começamos destacando que o impacto público não será, na ótica do religioso que vive a experiência, explicado de forma racional, mas será atribuído ao objeto subjetivo de sua experiência: Deus. Mesmo assim, o impacto público será sentido por todos, religiosos ou não, cada um com sua explicação. Existe um caminho comum para se construir uma política saudável, tanto para o religioso como para o não religioso. A diferença se dará na cosmovisão que explicará os acontecimentos políticos, muito embora esta explicação possa ficar restrita à esfera privada no caso do religioso.

Analisaremos em primeiro lugar o versículo abaixo – com destaque:

pois, se você ficar calada nesta hora, socorro e livramento surgirão de outra parte para os judeus, mas você e a família de seu pai morrerão. *Quem sabe se não foi para um momento como este que você chegou à posição de rainha?* (Ester 4:14 NVI, grifo do autor)

A confrontação de Mardoqueu para com Ester tem uma prerrogativa importante. Ester fora criada por Mardoqueu como um pai cria sua filha (2:7). Ele, muito provavelmente, lhe ensinara tudo o que diz respeito a sua fé religiosa, como é o costume do judeu (tradição oral). Sua indagação está dentro de uma cosmovisão na qual o judeu crê em um Deus soberano na

²¹ Ibidem, p. 1840-1841.



história e este questionamento, com certeza, despertou os valores religiosos de Ester, que não hesita em responder a Mardoqueu (com destaques):

"Vá reunir todos os judeus que estão em Susã, e jejuem em meu favor. *Não comam nem bebam durante três dias e três noites*. Eu e minhas criadas jejuaremos como vocês. Depois disso irei ao rei, ainda que seja contra a lei. *Se eu tiver que morrer, morreréi*". (Ester 4:16 NVI, grifo do autor)

A prática do jejum está sempre associada a prática da oração a Deus. Ferreira²² pontua que o jejum acompanhado de oração é uma "clara alusão à devoção e ao suporte espiritual, por meio da intercessão" e que o jejum tem por objetivo "disciplinar a experiência de oração". Ester, assim como Mardoqueu, desfruta de um momento privado em que realiza sua experiência de Deus, jejuando e orando. Ela não individualiza este ato, mas solicita que todo o povo a acompanhe nestas disciplinas espirituais. Sem dúvida, eles tinham a expectativa de que esta experiência de fé resultaria em algo concreto: na salvação que tanto desejavam para todo o povo²³. É de fundamental importância ressaltar que Ester não ficou *apenas* orando e jejuando, mas *agiu*, motivada em consequência de sua *experiência de Deus*, colocando sua vida em risco.

Calvino ressalta a importância coletiva da oração em seu comentário de Salmos:

"somos assim incitados pelo Espírito Santo ao dever da oração em favor do bem-estar comum da Igreja. Enquanto cada pessoa toma suficiente cuidado em prol de seus próprios interesses individuais, raramente encontramos um em uma centena que se sinta afetado pelas calamidades da Igreja."²⁴

Além deste aspecto coletivo, em seu comentário de 2 Coríntios, Calvino faz menção as consequências da oração:

"Desta forma, quando oramos uns pelos outros e recebemos o que pedimos, a glória de Deus se manifesta muito mais claramente, e todos reconhecemos, com gratidão, a bondade de Deus tanto para com os indivíduos quanto para com todo o corpo da igreja."²⁵

Perceba que a experiência de Deus, realizada na esfera privada das personagens, teve seu aspecto prático manifesto na esfera pública e política, envolvendo personagens que não conheciam a fé dos judeus que jejuavam e oravam. Os aspectos da coletividade e as consequências da oração, conforme colocado por Calvino, estão bem presentes na dinâmica do texto bíblico: o povo que jejuava e ora com expectativa da atuação divina. Abaixo o versículo chave do texto, em que é relatada a grande virada na história desta narrativa:

Naquela noite o rei não conseguiu dormir; por isso ordenou que trouxessem o livro das crônicas do seu reinado, e que o lessem para ele. (Ester 6:1 NVI)

A insônia do rei e seu pedido pelos registros históricos estão entre vários acontecimentos políticos dos dois lados da história. Porém, a insônia do rei não foi articulada politicamente por nenhum dos lados. Ela, do ponto de vista bíblico, é fruto da oração do povo e da ação do

²² FERREIRA, 2016, pos. 491.

²³ BALDWIN, 1987, p. 72-73.

²⁴ CALVINO, 2009, p. 589.

²⁵ Idem, 2008, p. 39.



Deus deste povo. A experiência de fé tem impacto na história²⁶ e as esferas religiosas e políticas não precisam entrar em atrito por conta disto.

Percebemos, portanto, um princípio importante para o cristão brasileiro: sua experiência de Deus não deve ser desprezada, pois há sempre possibilidade para um impacto público (a insônia do rei e a atitude de Ester, que se prontifica a arriscar sua vida). Esta possibilidade não abre nenhum precedente para uma tensão entre fé e política para o cristão ou outrem. Ao contrário, é fundamental para uma coerência com a ética (dependência de Deus) e espiritualidade (jejum e oração) cristã, fundamentada nas escrituras – aqui no livro de Ester – e os princípios aqui já mencionados, com destaque para o olhar para o bem-estar do outro. A experiência de Deus, ao menos o Deus da Bíblia, nos dirige no caminho contrário ao da má política – intolerante, egoísta e sem *efeitos práticos* benéficos ao outro.

CONCLUSÃO

Conforme Ratzinger diz: “Quando a política pretende ser redentora, promete demais. Quando pretende fazer a obra de Deus, não se torna divina, mas demoníaca.”²⁷. O Estado tem seus limites. Estes limites abrem espaço para o religioso ter expectativa do agir de Deus na história política do seu contexto, desfrutando desta realidade ao ter sua *experiência de Deus*, no caso deste estudo no jejum e na oração. Porém, isto não basta para uma atuação relevante do cristão brasileiro na política. É preciso considerar alguns princípios que o levam a uma atuação harmônica entre sua religiosidade e atuação social. Pontuamos abaixo os princípios levantados: 1) os princípios religiosos podem ser implementados na esfera pública sem a necessidade de proclamação da fé publicamente, porém, para isto, a *forma* é importantíssima; 2) existem *critérios* que precisam ser levados em consideração para proclamar a fé na esfera das políticas públicas; 3) a *motivação* do cristão ao fazer política deve ser levada sempre em consideração, precisando ser fiel aos princípios cristãos e não a valores egoístas; 4) a *experiência de Deus* do cristão – privada – tem seu lugar de *relevância* e impacta a esfera pública, inclusive, com a *práxis* deste religioso motivada por sua experiência de fé.

A convivência do cristão na política é uma possibilidade real, sem nenhum prejuízo à fé, à consciência e à integridade do Estado Democrático de Direito. A *experiência de Deus* de Mardoqueu, Ester e do povo judeu não os levaram para o fim do Império Persa, mas para um caminho em que a atuação do religioso foi politicamente relevante, íntegra e potencializada pela experiência de Deus. Caminho semelhante pode sim ser percorrido pelo cristão brasileiro. Se trata de uma grande oportunidade de testemunhar – muito mais do que anunciar publicamente a fé –, em um ambiente eticamente questionável pela sociedade, que o cristão não é aderente ao “jeitinho brasileiro”, mas sim alguém comprometido com valores e princípios sólidos e benéficos para todos.

²⁶ CHAMPLIN, 2001, p. 1842.

²⁷ RATZINGER, 2015, p. 110.



BIBLIOGRAFIA

- BALDWIN, Joyce G. **Ester** – Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1986.
- BÍBLIA. **Nova versão internacional**: antigo e novo testamento / traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica do Brasil Internacional – 2ª ed. Com concordância. São Paulo: Editora Vida, 2003.
- BRASIL, Agência. **Religiosos criticam citações a Deus em votação do impeachment na Câmara**, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-04-19/religiosos-criticam-citacoes-a-deus-em-votacao-do-impeachment-na-camara.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- CALVINO, João. **2 Coríntios** – série comentários bíblicos. São José dos Campos: Editora Fiel, 2008.
- CALVINO, João. **Salmos** – série comentários bíblicos. São José dos Campos: Editora Fiel, 2009, Vol. 3.
- CHAMPLIN, Russell Norman. **O Antigo Testamento Interpretado**: versículo por versículo: Volume 3. São Paulo: Hagnos, 2001.
- COSTA, Hermisten. **A sorte de um povo**, 21 fev. 2011. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/EST/DIRETOR/A_sorte_de_um_povo.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do estado** – o papel do cristão na política. Publicado em 2016, eBook Kindle.
- GONDIM, Ricardo. **Cristãos e política**, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/religiosos-criticam-citacoes-deus-na-sessao-do-impeachment-na-camara>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- HILL, Andrew E.; WALTON, John H.. **Panorama do Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Vida, 2007.
- LIMA, Vanderlei de. **Estado laico não é estado laicista**, 21 out. 2013. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/estado-laico-nao-e-estado-laicista/>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- METODISTA Portal. **IBGE divulga dados sobre religiosidade da população brasileira**, 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/fateo/noticias/ibge-divulga-dados-sobre-religiosidade-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- PAÍS, El. **Deus derruba a presidenta do Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- RATZINGER, Joseph. **“A teologização da política viraria ideologização da fé”**. Roma, 9 abr. 2003. Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_968_16.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- RATZINGER, Joseph. **Fé, verdade, tolerância**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúdio” (Ramon Llull), 2015.

Recebido em: 05/06/2017
Aprovado em: 15/10/2017